

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 129ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2025 – 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAAV	José Luiz Martini (T) Hélio Bortoletto Júnior (S)
APTA Regional / URPD Piracicaba	Vera Lúcia Pimentel Salazar (T) José Roberto Ferreira (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
Associação Ambiental Plantar	Genaro Santos do Lago (T)
BRK Ambiental Limeira	Josiane Ferreira Gonçalves (T)
Casa do Amor Fraterno	Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
CATI	Simeire Manarin Rocha (S)
Consórcio PCJ	Andréa Borges (T)
DAAE Rio Claro	Gabriela Marino Silva (S)
DAE Americana	Elyda Moretti Pereira (T)
DAE Jundiaí	Danilo Resende de Moraes (T)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Felipe Augusto Gasparotto (T)
Embrapa	Artur Jordão de Magalhães Rosa (T)
INEVAT	Adriana Sacioto Marcantonio (S)
IPA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
P.M de Americana	Kátia C. Mansette Birke (T)
P.M de Bragança Paulista	Carolina Marques Suppioni Bertelli (T)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (S)
P.M. de Jaguariúna	Maria Teresa de Toledo Lima (S)
P.M de Limeira	Maicon Diego Grela (S)
P.M. de Louveira	Flávia Izaura Camargo Pinto (T)
P.M de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
P.M de Piracicaba	Isabela Marques (S)
P.M de Rafard	Thais da Silva Oliveira (T)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (T)
P.M de Vinhedo	Denise Maria Assis de Rezende (T)
SAA	Simeire Manarin Rocha (S)
SAAE Atibaia	Tiago Gomes (S)
SABESP	Julio Cesar do A. Cortinole (T)
SANASA	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SANEBAVI	Ana Paula Saraiva Nicésio (T) Mariana Carolina Rossi de Andrade (S)
Sec. De Meio Ambiente e Agricultura de Itatiba	Jezabel Miriam Fernandes Azevedo (T)
SEMIL/CFB	Júlia Carolina Fatuch
UNICA	Bartira Elia (T)

Membros ausentes	
Entidades	
Associação Ambientalista Copaíba	
Consórcio Piraí	
Diretoria de Ensino Campinas Oeste	
Diretoria de Ensino de Bragança Paulista	
Diretoria de Ensino de Mogi Mirim	
Diretoria de Ensino de Piracicaba	
Elo Ambiental	
Instituto Agir Ambiental	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Várzea Paulista	
Sec. de Educação de Vinhedo	

Demais presentes	
Entidade	Representantes
Agência das Bacias PCJ	Daphenes Vargas
	Diego dos Anjos
	Kaique Duarte Barreto
	Katia Gotardi
	Luclécia Soares
	Nathália Corá
Consórcio PCJ	Rebeca Silva
	Stefani Souza Santos Barros
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS	Débora Papani
	Lucas de Souza Martins
	Reginaldo Godinho dos Santos

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2025 realizou-se, por meio de videoconferência, na plataforma do *Google Meet*, a 129ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 11 de fevereiro de 2025. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela coordenadora-adjunta da CT-EA, Sra. Adriana Sacioto Marcantonio, representante da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (APTA/SAA) e do Instituto de Estudos Vale do Tiete (INEVAT) que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. Um dos papéis fundamentais do coordenador-adjunto, conforme

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 129ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2025 – 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

previsto no Regimento Geral das Câmaras Técnicas, além de auxiliar o coordenador na condução dos trabalhos é o de substituí-lo em suas ausências, nesse sentido, a Sra. Adriana explicou aos membros que conduziria a reunião em virtude da ausência da coordenadora Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, por motivo de férias. **3. Aprovação da minuta de ata da 128ª Reunião Ordinária:** Em seguida a Sra. Adriana informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental, a minuta de ata da 128ª Reunião Ordinária, realizada em 03/12/24, presencialmente no CEPROVI, em Vinhedo/SP. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo outras manifestações, a Sra. Adriana submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 128ª Reunião Ordinária da CT-EA. **4. Apresentação do Cronograma de trabalho para discussões sobre as atividades a serem desenvolvidas e contratadas de acordo com o novo formato de projeto aprovado pelo mandato 2025-2027 – Kátia Gotardi (Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ):** Dando sequência à reunião, a Sra. Adriana passou a palavra para a Sra. Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão da Agência das Bacias PCJ, que apresentou a proposta elaborada para a 3ª edição do Movimento “Jovem, vem para o PCJ”, prevista para o mandato 2025-2027. Inicialmente, relembrou a aprovação da proposta no Grupo de Trabalho de Educomunicação (GT-Educom) durante a 38ª Reunião, realizada em 11/09/24, e na 127ª Reunião Ordinária da CT-EA, em 15/10/24. Em seguida, contextualizou os principais pontos do novo formato do projeto: **a) Público-alvo:** Jovens entre 20 (vinte) e 30 (trinta) anos. Para aqueles com idade superior a 30 (trinta) anos, foi cunhado o termo “Jovens de Conhecimento”; **b) Vínculo institucional:** Os participantes devem possuir vínculo comprovado com entidades membros dos Comitês PCJ; **c) Tutoria:** Cada participante contará com um tutor, indicado pelas entidades membros dos Comitês PCJ para o mandato 2025-2027; **d) Número de entidades participantes:** De 1 (uma) a 3 (três) entidades membros dos Comitês PCJ, com participação em Câmaras Técnicas, devidamente inscritas e aprovadas no processo eleitoral previsto para março/2025; **e) Indicação de participantes:** Cada entidade participante (ou convidada) poderá indicar

apenas 1 (um) jovem para integrar o movimento. A Sra. Kátia apresentou o cronograma de implementação do novo formato e destacou pontos relevantes, como a disponibilização de diárias para os membros da Sociedade Civil, visando custear a participação em reuniões presenciais e eventos externos. Além disso, ressaltou a necessidade de alinhamento das diretrizes do projeto junto aos participantes do GT-Educom. Dentre os pontos de alinhamento compartilhados, destacam-se: **i.** Organização do Edital de Seleção dos Participantes; **ii.** Convite e Divulgação; **iii.** Cronograma de Capacitações ao longo do mandato; **iv.** Definição de Palestrantes e Capacitadores. Na sequência, a Sra. Kátia apresentou a Sra. Stefani Barros, Analista Técnica da Agência das Bacias PCJ, que atuará à frente das ações de educação ambiental, com a Coordenação de Gestão da Agência PCJ. A Sra. Stefani informou sobre as datas previstas para as reuniões do GT-Educom, nas quais serão discutidos os alinhamentos e definidas as diretrizes do novo formato. As reuniões ocorrerão por videoconferência, sempre às 14h, conforme cronograma: 41ª Reunião, em 11/03/25; 42ª Reunião, em 19/03/25; 43ª Reunião, em 04/04/25. A participação nas reuniões será aberta aos interessados, que deverão solicitar ingresso mediante preenchimento do Formulário de Identificação de Ouvintes para Reuniões dos Comitês PCJ, disponível no [link](#). Complementando as informações, a Sra. Stefani reforçou a importância da definição das diretrizes do projeto, as quais, uma vez consolidadas, comporão o Plano de Implementação, Acompanhamento e Monitoramento (PIAM PCJ). Esse plano estabelecerá como e quais contratações serão necessárias para viabilizar a execução do projeto. Para exemplificar a necessidade dessas contratações, a Sra. Kátia abordou a Revisão do Plano de Bacias e as ações previstas no âmbito da Educação Ambiental, destacando que o grupo de jovens selecionados poderá contribuir nesse processo. A ideia inicial é que, ao longo do programa, os participantes desenvolvam e entreguem um produto que sintetize os conhecimentos adquiridos e os impactos de sua participação, promovendo a disseminação dos aprendizados obtidos. Outro ponto compartilhado pela Sra. Kátia foi a respeito da [Revista de Gestão das Bacias PCJ](#), publicada anualmente no formato PDF. A proposta para a edição deste ano é migrar a publicação para uma plataforma web, ampliando o acesso e incorporando diversas informações pertinentes. Atualmente, a revista

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 129ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2025 – 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

adota uma linguagem técnica, e, nesse contexto, a Sra. Kátia destacou a importância de uma transposição didática, integrando os princípios da “Linguagem Simples” para tornar o conteúdo mais acessível. Essa adaptação poderia contar com o apoio dos jovens selecionados no programa, trazendo novas perspectivas sobre como comunicar temas técnicos, como a Revisão da Cobrança, de forma mais compreensível e atrativa para a juventude. Além disso, ressaltou que a contratação de empresas especializadas poderia contribuir ativamente para a estruturação e fortalecimento dessas iniciativas, tornando mais orgânica a participação dos jovens no programa. Por fim, a Sra. Kátia compartilhou a reflexão de que o termo “Jovem” não se limita apenas à faixa etária, mas também se relaciona com a busca pelo conhecimento, ampliando, assim, a abrangência e o propósito do programa. Ao final da apresentação da Sra. Kátia, a Sra. Adriana reservou um momento para manifestações e possíveis dúvidas dos membros, não havendo manifestações seguiu para o próximo item de pauta.

5. Apresentação sobre “Inteligência artificial e Educação Ambiental” – Maria Luísa Bonazzi Palmieri (Coordenadora do GT-Política EA): A Sra. Maria Luísa iniciou sua fala com uma rápida reflexão sobre a utilização da inteligência artificial (IA) voltada para a educação ambiental e a pesquisa científica, destacando-a como uma ferramenta de trabalho valiosa. Ela relembrou algumas das metas relacionadas à Educação Ambiental, destacando uma perspectiva crítica e revolucionária que busca uma compreensão mais profunda da complexidade da crise ambiental. Além disso, enfatizou a importância do engajamento dos indivíduos na transformação dos mecanismos que alimentam essas crises, promovendo, assim, o respeito, a solidariedade, a criatividade, a imaginação, a arte e a diversidade. A Sra. Maria Luísa salientou a importância de uma utilização ética, crítica, responsável e comprometida das ferramentas de IA. Em sua análise, enfatizou que a IA não substituirá o conhecimento e a experiência do profissional, mas desempenhará um papel potencializador nas rotinas de trabalho. Outro ponto crucial abordado foi a compreensão de que os materiais gerados pelas Inteligências Artificiais (IAs) devem ser encarados como pontos de partida, não sendo isentos de erros. A Sra. Maria Luísa também direcionou um olhar crítico à confidencialidade dos dados, alertando para a necessidade de cuidados em sua

utilização. Em seguida, compartilhou algumas ferramentas de IA com código aberto que são utilizadas para a elaboração de textos, incluindo: **a) ChatGPT;** **b) Gemini;** **c) Copilot;** **d) Meta AI;** **e) Deepseek.** Além disso, a Sra. Maria Luísa apresentou as características de um bom *prompt* (solicitação/comando para IA) para a Educação Ambiental (EA), com base em estudos sobre IA e nas suas expertises na área de Educação Ambiental. Explicou que a estruturação de um bom comando direto para as ferramentas de IA é essencial para a qualidade das respostas e devolutivas. Destacou a importância de considerar a troca de informações com a ferramenta utilizada, ou seja, determinar o ponto de vista da resposta, estabelecer as tarefas a serem realizadas, bem como os temas a serem abordados. Outro diferencial importante na formulação de um bom *prompt* é estabelecer o contexto da atividade, o público-alvo e a abordagem educativa. Também destacou a relevância de definir o tempo para o desenvolvimento das atividades, as restrições e, por fim, as características da resposta, determinando como a devolutiva será apresentada para possibilitar sua aplicação prática. Em seguida, a Sra. Maria Luísa apresentou ações para aperfeiçoamento das respostas geradas pelas ferramentas de IA, com o objetivo de encaminhar mudanças específicas, adicionar detalhes e ajustar as características das devolutivas, visando maior consistência nas respostas. Para facilitar o entendimento dos presentes, ela utilizou como exemplo alguns *prompts* para educação ambiental, com temas como: “Metodologia inovadora para diagnóstico socioambiental participativo da escola e entorno”; “Exposição Educativa”; “Visita Escolar em Área Protegida” entre outros. A Sra. Maria Luísa correlacionou os pontos já discutidos, destacando os seguintes aspectos no desenvolvimento do *prompt*: **i. Papel;** **ii. Tarefa e tema;** **iii. Abordagem educativa;** **iv. Restrições e tempo;** **v. Público;** **vi. Contexto;** **vii. Características da resposta.** Ao final de sua apresentação, a Sra. Maria Luísa reiterou que as ferramentas de inteligência artificial têm ocupado um papel valioso, tornando-se grandes aliadas na construção e elaboração de trabalhos em diversos setores. No entanto, ressaltou que seu uso deve ser bem estruturado e sempre alinhado aos conhecimentos e experiências dos usuários, garantindo assim maior qualidade e confiabilidade nos resultados. Por fim, a Sra. Maria Luísa agradeceu a oportunidade e deu por encerrada sua apresentação. Encerradas as

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 129ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2025 – 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

explicações, foi aberto um espaço para manifestações dos membros, em que os participantes parabenizaram a Sra. Maria Luísa pela exposição e pela abordagem prática do tema. Destacou-se a clareza com que foram apresentados os conceitos, além de reconhecerem a relevância do debate, especialmente para aqueles que ainda demonstram resistência à utilização e implementação de IAs em suas rotinas de trabalho. Não havendo outras manifestações, a Sra. Adriana agradeceu à Sra. Maria Luísa pela exposição e deu andamento à pauta. **6. Recomposição do Grupo de Trabalho do Plano de Capacitação (GT-PCap):** Dando sequência, a Sra. Adriana passou a palavra à Sra. Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão da Agência das Bacias PCJ, que contextualizou os presentes sobre a recomposição do Grupo de Trabalho do Plano de Capacitação (GT-PCap). Aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 400/21](#), o Plano de Capacitação dos Comitês PCJ (período 2022 a 2025), prevê em seu artigo 2º, que o acompanhamento da execução do plano seja realizado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, por meio da análise do relatório anual elaborado pela Agência das Bacias PCJ. Nesse sentido, lembrou que a CT-EA criou, durante a 107ª Reunião Ordinária, realizada em 17/08/21, o GT-PCap, um grupo de trabalho transitório e específico para tratar essa demanda. Diante disso, destacou a necessidade de convocar uma nova reunião do GT para apreciação da minuta do Relatório de Execução anual referente ao exercício de 2024, que consolida os indicadores de todas as capacitações realizadas no âmbito dos Comitês PCJ ao longo do período. De forma oportuna, a Sra. Kátia sugeriu a possibilidade de utilizar as reuniões e o espaço do referido grupo para discutir as diretrizes e a elaboração do novo Plano de Capacitação, que passará a vigorar no quinquênio 2025-2030, sendo aprovado pelos membros. Na sequência, passou a palavra para a Sra. Rebeca Silva, da Equipe de Apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva (SE-PCJ) que conduziu o processo de recomposição do GT-PCap. Foi verificado junto aos membros quanto a composição do grupo para o ano de 2024, sendo aprovado que fosse mantida a composição definida no ano anterior, atualizando apenas os representantes que já não estão indicados na CT. Também houve a manifestação da SANEBAVI para remoção de sua participação no grupo. Realizadas as alterações, a composição do grupo ficou da seguinte forma: Adriana

Sacioto (APTA/SAA); Ana Lúcia Vieira (ASSEMAE/SANASA - coordenadora); Andrea Borges (Consórcio PCJ); Rosangela Grigolletto (ELO Ambiental); Flávia Camargo (P.M de Louveira); Roberto Foresti Junior (P.M de Rio Claro). Quanto aos representantes que integram o grupo como convidado de outras CTs, permanecem os Srs. Tadeu Malheiros (Coordenação CT-ID) e Raquel Metzner (Coordenação CT-PB), tendo sido previamente verificado o interesse na continuidade junto a esses representantes. A Sra. Rebeca reforçou que a participação no grupo permanece aberta aos interessados, permitindo a inclusão de novos membros conforme necessário. Também, explicou que para fins de tramitação é necessário que a aprovação do relatório ocorra antes da reunião do Grupo de Trabalho de Integração de Ações das Câmaras Técnicas (GT-Integração), criado no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), composto pelos coordenadores das CTs. Visto que a data do GT-Integração estava prevista para 26/03/25, foi definida a data da reunião do GT-PCap para 06/03/25, às 9h00, cuja convocação será recebida pelos integrantes do grupo por e-mail, conforme prazo regimental. A Sra. Rebeca orientou que nesse primeiro momento a pauta do GT será a apreciação do relatório anual, podendo o GT estabelecer, em tempo, suas próximas reuniões para trabalhar a demanda da elaboração do novo plano, conforme sugerido anteriormente. **7. Oficina “Indicadores de Impacto de Educação Ambiental para o Plano de Bacias PCJ” – Maria Luísa Bonazzi Palmieri (Coordenadora do GT-Política EA):** Dando sequência à pauta, a Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri apresentou o trabalho em desenvolvimento no Grupo de Trabalho da Política de Educação Ambiental (GT-Política EA), que tem como objetivo a construção de indicadores de impacto para as ações de Educação Ambiental previstas no Plano das Bacias PCJ. Explicou que esta iniciativa faz parte de um projeto mais amplo, com foco no aprimoramento da avaliação das ações de educação ambiental no âmbito dos Comitês PCJ. A Sra. Maria Luísa destacou os avanços já alcançados, mencionando que, na **primeira** reunião do grupo, foram definidos quatro eixos estratégicos para subsidiar a construção dos indicadores. A definição desses eixos foi baseada em referenciais teóricos da Associação Nacional de Pesquisa em Educação Ambiental (ANPEA), que fornecem subsídios para a mensuração do impacto das ações. Além disso, foram consideradas as iniciativas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 129ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2025 – 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

descritas no Caderno de Educação Ambiental do Plano de Bacias dos Comitês PCJ. Prosseguindo, a Sra. Maria Luísa explicou a conceituação dos indicadores de impacto, diferenciando-os dos indicadores processuais e de resultado. Ressaltou que um indicador de impacto visa mensurar os efeitos de uma ação sobre determinada realidade, seja ela interna ou externa, permitindo uma análise mais ampla dos resultados alcançados. Em seguida, apresentou a dinâmica da atividade proposta para a oficina, que consistia na divisão dos participantes em quatro grupos, distribuídos em salas temáticas, durante 30 (trinta) minutos, em que cada grupo trabalhasse um dos quatro eixos estratégicos com o objetivo de discutir e sugerir aprimoramentos para os indicadores em construção, os quais seriam compartilhados com os demais membros no retorno à sala principal de videoconferência. Após as explicações sobre a proposta da oficina, a palavra foi passada para a Sra. Rebeca Silva, da Equipe de Apoio da Secretaria Executiva às Câmaras Técnicas, que fez uma breve apresentação sobre o procedimento para participação nas salas temáticas da plataforma. Encerradas as discussões dentro das salas temáticas, os participantes retornaram para o plenário da CT, em que os articuladores de cada grupo apresentaram os principais resultados obtidos. Dentre os assuntos apresentados, destacam-se: **i. Grupo 1. Ações – Intervenções socioambientais geradas pelo processo formativo/comunicativo.** Articuladores: Genaro Lago (Associação Ambiental Plantar) e Arthur Jordão (EMBRAPA): Foi sugerido a busca por formas alternativas ao uso de questionários, como forma de ampliar a análise dos resultados; **ii. Grupo 2. Subjetividade (percepção) – Mudanças na percepção dos participantes a partir da participação no processo formativo comunicativo.** Articuladora: Isabela Marques (P.M. de Piracicaba). Foi sugerido considerar a variação de percepção conforme o nível de escolaridade dos indivíduos, também a verificação do engajamento do indivíduo a nível social, em grupos ou até redes sociais, bem como comparar a percepção de valores das pessoas, antes e depois da vivência; **iii. Grupo 3. Conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos – Construídos a partir do processo educativo/comunicativo.** Articulador: Danilo Resende de Moraes (DAE Jundiaí). No âmbito dos indicadores de mudanças de atitude e comportamento, foi acrescentado a conexão de rede de esgoto por parte do usuário que passou pelo processo formativo, assim como

a temática dos resíduos sólidos dispostos nos rios. Também foi sugerido a obtenção de dados de saneamento do município; **iv. Grupo 4. Participação social – Contribuição do processo formativo/comunicativo para a participação social na gestão de recursos hídricos.** Articulador: Adriana Sacioto (APTA/INEVAT). Em relação a medição da participação social, destacou-se a utilização dos dados a partir da plataforma/software Power BI. Foi destacado como aspecto importante a divulgação, objetivando o atingimento social, com a finalidade de obter os dados de mensuração. Ao final do compartilhamento dos membros, a Sra. Maria Luiza, parabenizou os presentes pelo desenvolvimento da atividade, e informou que o projeto ainda está em seu início, incentivando a continuação da participação dos membros na construção dos indicadores. Lembrou os membros, de forma oportuna, que as reuniões do GT-Política EA, são abertas aos interessados, mediante preenchimento do Formulário de Identificação de Ouvintes para Reuniões dos Comitês PCJ, disponível no [link](#). Como encaminhamento os resultados discutidos serão trabalhados no GT-Política, nesse sentido, a coordenação do GT irá consultar a disponibilidade de datas, junto a SE-PCJ, para marcar a próxima reunião do grupo, ao qual poderá ser consultada na [agenda](#) de reuniões dos Comitês PCJ. A Sra. Adriana agradeceu a apresentação e contribuições, passando ao próximo item de pauta. **8. Informes:** Na sequência, passou para os informes: **8.1. da Coordenação:** A Sra. Adriana contextualizou os presentes sobre a trajetória da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) na adoção da Linguagem Simples. Compartilhou uma ideia que surgiu em conversa com o Sr. Alexandre Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, que destacou a importância de disseminar as iniciativas relacionadas à Linguagem Simples nas Câmaras Técnicas Temáticas dos Comitês PCJ, por meio da CT-EA. A ideia ainda será fortalecida no âmbito do GT-Integração. Mais informações sobre o projeto de Linguagem Simples da ANA podem ser acessadas no [link](#). Nesse sentido, a Sra. Katia Gortardi, coordenadora de Gestão da Agência das Bacias PCJ, sugeriu que a inserção da meta no novo Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, a fim de pleitear dotação orçamentária para a realização deste trabalho de capacitação da Linguagem Simples; **8.2. dos Membros:**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 129ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2025 – 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Em seguida, passou para o informe dos membros: **a)** A Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), informou que faz parte da Pastoral da Ecologia Integral da Diocese de Piracicaba, que promoverá um encontro sobre mudanças climáticas, presencialmente na Cúria Diocesana de Piracicaba, em 28/02/25, às 8h00. O encontro contará com a presença da Sra. Nathália Nascimento, Coordenadora do Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP). Serão elaboradas propostas de ações voltadas a questões socioambientais, visando a mitigação e adaptação frente as mudanças climáticas; **b)** A Sra. Maria Luísa também convidou os membros para participação na “Trilha das Águas”, atividade que acontece em 29/03/25, às 8h00, na Estação Experimental de Tupi, em Piracicaba/SP; **c)** Por fim, a Sra. Maria Luísa informou quanto a abertura das inscrições, em 18/02/25, para o concurso de projetos de Educação Ambiental e Cultural EducaTrilha na Escola. Mais informações podem ser verificadas no [link](#); **8.3 da Secretaria Executiva:** A Sra. Rebeca Silva da Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva (SE/PCJ), deu início aos informes da SE/PCJ, sendo; **a) Exclusão de membros:** A Sra. Rebeca explicou que o Regimento Geral das Câmaras Técnicas ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#)), determina que serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foram excluídas da CT-EA as entidades: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ); Associação de Proteção Ambiental Jaguatiaba (Jaguatiaba) e Associação Serra do Itapetininga Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos (SIMBiOSE). As entidades excluídas só poderão voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato. Complementarmente, informou que o próximo mandato está previsto para ter início no mês de julho/2025, com a Renovação das Câmaras Técnicas para o mandato 2025-2027. Nesse sentido, caso haja interesse, as entidades que foram excluídas por falta no mandato atual podem voltar a integrar a composição das CTs no novo mandato; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em

atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o [portal](#) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o *e-mail* da Secretaria Executiva; **c) NewsComitesPCJ:** Convidou aos membros para acessar a *Newsletter* Comitês PCJ, que é um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso por ser feito pelo [link](#); **d) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** Informou sobre a próxima reunião no âmbito dos Plenários dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 25/02/25, às 9h30, na DAE Jundiaí, no município de Jundiaí/SP; 96ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) no dia 07/03/25, às 9h00 por videoconferência, com transmissão pelo canal da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ na plataforma *YouTube*; 33ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL CBH-PJ1), no dia 28/03/2025, às 9h30, presencialmente na Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), em Piracicaba/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **d) Próxima reunião da CT-EA:** Por fim, informou que a 130ª Reunião Ordinária da CT-EA, está prevista para ocorrer em 15/04/2025 às 9h00, por videoconferência. **9.**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 129ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2025 – 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Outros assuntos: A Sra. Adriana questionou os membros sobre outros assuntos, não sendo solicitado por nenhum membro. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Adriana Sacioto Marcantonio, coordenadora-adjunta da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA) dos Comitês PCJ, agradeceu a participação e a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira
Coordenadora da CT-EA

Adriana Sacioto Marcantonio
Coordenadora-adjunta da CT-EA